

O CONHECIMENTO ETNOLÓGICO DA GUINÉ-BISSAU. UMA PERSPECTIVA DE GÉNERO

MANUELA BORGES*

Introdução

As condições da pesquisa antropológica influenciam quer a recolha dos dados empíricos como a sua posterior análise. Deste modo principiamos por caracterizar o contexto em que foi produzido o conhecimento etnológico acerca das mulheres e relações de género na Guiné-Bissau, na última era do colonialismo, desde o fim da 2ª Grande Guerra até á independência. A vitória da causa aliada na 2ª Grande Guerra tornou a situação colonial portuguesa ideologicamente insustentável. Na Carta das Nações Unidas, pela qual se fundou a ONU em 1945, estabelecia-se, no seu artigo 73º, o princípio anticolonial. Era o começo do isolamento português do concerto das nações, que o confrontavam com a continuidade da política colonial. Uma década depois, a Conferência de Bandung viria a consagrar a reivindicação da independência incondicional dos territórios coloniais. O contexto internacional adverso à dominação colonial tornou necessário renovar a imagem da política colonial portuguesa¹, que procurou legitimar-se cientificamente, através de uma antropologia que privilegiava o exotismo, em que se baseou a dominação colonial².

* Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, Portugal.

¹ É nesta conjuntura que em 1951 foi promulgada uma nova Constituição Política da Republica que reformulou o Acto Colonial de 1930, estabelecendo o principio da unidade político-administrativa, que determinava que os territórios ultramarinos passassem a denominar-se províncias ultramarinas, e a constituírem parte integrante do Estado Português.

² Rui PEREIRA, “Antropologia Aplicada na Política Colonial Portuguesa do Estado Novo”, *Revista Internacional de Estudos Africanos* n.º 4/5 (1986), p. 196.

No caso específico da Guiné-Bissau, a antropologia desenvolveu-se de forma peculiar, no contexto das outras «províncias ultramarinas»³, em resultado de factores ambientais e principalmente históricos, que levaram a que, para esta colónia, nunca fosse preconizada uma colonização de povoamento, mas antes uma colonização de exploração, baseada nas plantações⁴. De nada valia uma colónia de exploração sem a força de trabalho necessária para produzir a riqueza mercantil. Consequentemente, a necessidade de gestão dos recursos humanos fez com que o conhecimento intensivo das populações fosse indispensável: «A Guiné, desse modo, originou uma constante e profícua produção científica expressa no elevado número de publicações consagradas ao conhecimento das questões culturais e sociais, como o Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, e que mesmo nos nossos dias constituem fontes de apreciável valor científico»⁵.

O *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* (doravante designado como BCGP), definido como «órgão de informação da cultura da colónia»⁶ é criado em 1945, pelo então Governador Comandante Manuel Maria Sarmento Rodrigues, e publicou, durante 28 anos, entre 1946 e 1973⁷, 110 números normais e um número especial, além de 24 monografias, com trabalhos inéditos de investigações, em múltiplas disciplinas⁸, com ênfase na etnografia e história. Esta orientação editorial é enunciada logo no primeiro número publicado onde se descrevem as normas de colaboração, dizendo que «(...)especial atenção merecerá o que se refere à etnografia, procurando desenvolver ao máximo os conhecimentos sobre os povos indígenas», e reafirmada após 25 anos de publicação: «Os aspectos históricos e etnográficos desta província têm sido talvez os mais explorados»⁹.

No seu primeiro volume, o próprio ministro das colónias, Marcelo Caetano, exprimia a ideia de um «colonialismo científico», sublinhando a importância do BCGP recolher e divulgar estudos científicos, que considera imprescindíveis para a intervenção colonial: «Cinco séculos depois de aqui chegarem os primeiros navegadores portugueses é tempo que os portugueses façam o novo descobrimento da Guiné Portuguesa descobrimento dependente, sobretudo, de trabalho científico

³ Ver a este propósito Rui PEREIRA, “Antropologia Aplicada...”, cit., pp. 205-206.

⁴ António Carreira caracterizava a colónia como «...uma possessão caracterizadamente de exploração agrícola do nativo» (António CARREIRA “Problemas do Trabalho Indígena na Colónia da Guiné” in Boletim Geral das Colónias, vol. 24, n.º 282 (1948), pp. 36-37.

⁵ Rui PEREIRA, “Antropologia Aplicada...”, cit., p. 205.

⁶ *Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa*, vol. I n.º 1-4, (1946).

⁷ Quando a independência foi reconhecida por Portugal em 10 Setembro 1974 estava na tipografia o n.º 111 do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, que não chegou a ser publicado (Henrique Pinto REMA “A. Teixeira da Mota e o Centro de Estudos da Guiné» in *Vice-Almirante A. Teixeira da Mota In Memoriam*, vol. II, Lisboa, IICT e Academia da Marinha, 1989, p. 315.

⁸ Seriam publicados estudos de demografia, linguística, geografia, agricultura e silvicultura, economia, indústria, pesca, pecuária, climatologia, botânica, nutrição, medicina tropical, parasitologia veterinária, administração colonial, etnografia e antropologia física, entre outros.

⁹ Henrique Pinto REMA, “O Centro de Estudos...”, cit., p. 56.

que com os seus métodos rigorosos revele a natureza para a dominar, descreva o homem para o melhorar e dê balanço aos recursos económicos aproveitáveis para que a riqueza se produza». No mesmo artigo refere expressamente a importância da antropologia e etnografia para informarem a política colonial, quando pergunta, retoricamente, se «acaso se pode fazer séria política indígena antes de se saber o que a antropologia e a etnografia estão em condições de nos ensinar sobre os naturais da terra?» E, por fim, preconiza «Que esta revista seja a partir de hoje, o registo fiel de um progresso incessante, a crónica nova da conquista da Guiné para a civilização e para a ciência, sempre dentro das concepções tradicionais da política colonial que soube casar a fé e o império-a necessidade do mando com a fraternidade cristã»¹⁰.

Deste modo, a etnologia desenvolveu-se no quadro do colonialismo, afim de se chegar a uma colonização mais racional e, simultaneamente, contribuir para uma política colonial mais aberta, mais humana, e mais compreensiva, legitimando a continuação da dominação colonial portuguesa, num contexto internacional favorável ao fim do colonialismo. É nesta conjuntura que em 1946 foi criado, por Portaria assinada pelo então Governador da Colónia, o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa (doravante referido como CEGP), que se propunha promover a cultura, organizar uma biblioteca e um museu, além de publicar uma revista periódica vocacionada para a divulgação de trabalhos originais de investigação sobre temas guineenses. Estes objectivos seriam alcançados. No CEGP constituiu-se uma biblioteca pública, foi criado um museu pluridisciplinar¹¹ e passou-se a editar o BCGP. O CEGP financiaria a maioria da investigação posterior, através de concursos e bolsas, e a sua revista, o BCGP, tornar-se-ia o principal meio de divulgação da investigação científica da e na colónia¹².

A ligação entre a investigação científica e o colonialismo na Guiné-Bissau, é revelada desde logo, na criação por portarias oficiais do governo da colónia quer do BCGP, como do CEGP que, mesmo se não era um organismo público, era tutelado pelo Governo da Guiné Portuguesa, quer financeiramente, como porquanto os membros eram nomeados por portaria do Governo, e recrutados preferencialmente entre os funcionários da administração colonial e os oficiais das instituições militares¹³. Por outro lado, na Portaria criando o BCGP estipula-se, no artigo 5^a, que a Comissão de Redacção sujeitará à apreciação do Governador

¹⁰ Marcelo CAETANO, “Uma Crónica Nova da Conquista da Guiné”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. I n.º 1, (1946), pp. 1-3.

¹¹ O Museu reiterou o modelo pluridisciplinar dos museus locais vigente à época em Portugal, procurando representar de forma global um dado território com fins desenvolvimentistas, organizando-se se em quatro secções (História, Etnografia, Ciências Naturais e Economia).

¹² Henrique Pinto REMA, “O Centro de Estudos...”, cit., pp. 22 segs.

¹³ Henrique Pinto REMA, “O Centro de Estudos...”, cit., pp. 29-33.

cada número da revista, instaurando-se assim uma censura política aos conteúdos veiculados¹⁴.

Apesar desta íntima relação entre a prática antropológica e o regime colonial, a concepção dos objetivos da investigação científica no âmbito do CEGP, foi tema de acesos debates, como demonstra a necessidade de Avelino Teixeira da Mota defender o interesse da investigação pura: « A crise estalou no Centro de Estudos em meados de 1956 precisamente porque se entendia não estar o centro a desenvolver uma acção em profundidade (...), com a publicação de estudos que dessem os princípios determinantes da acção dos governantes. Teixeira da Mota respondeu claramente à objecção, indicando os temas teóricos ventilados no Boletim Cultural susceptíveis de serem explorados pelos homens de acção imediata»¹⁵. O desiderato de uma investigação científica aplicada a fins administrativos na Guiné-Bissau foi uma constante ao longo do tempo, o que levaria Avelino Teixeira da Mota a reiterar a defesa da investigação científica «pura», argumentando que, «O Centro de Estudos não é um serviço público»¹⁶, e propondo compatibilizar, na senda do funcionalismo britânico, o papel da antropologia, enquanto disciplina auxiliar das práticas administrativas coloniais, com a liberdade de investigação científica do antropólogo¹⁷.

É de sublinhar que, neste debate, entre defensores da ciência aplicada e da antropologia cientificamente orientada, ambas as partes concordam em partir do pressuposto de que a prática antropológica respeitante à Guiné Bissau, teria de ser «útil» para um poder político, que propagandeava uma ideologia baseada numa versão portuguesa do luso-tropicalismo de Freyre, (uma aparente contradição entre a propaganda de uma ideologia humanista realizada por uma ditadura), de forma a manter o colonialismo português, mesmo se através de um isolamento político na conjuntura internacional favorável ao fim dos regimes coloniais.

Neste sentido, a prática etnológica na Guiné caracterizou-se como um trabalho prático do colonialismo¹⁸, fundamentando-se num discurso moderno, que concebe os povos particulares (ou raças, ou culturas) como espécies portadoras de caracteres (físicos, mentais e sociais) particulares, a identificar e sistematizar, em vista da eficácia da sua administração. Deste modo, o conhecimento pressupõe-se virtualmente ao serviço da prática, e a etnologia é concebida como disciplina

¹⁴ Joye BROWMAN, “Guiné-Bissau: Ensaio Historiográfico sobre as obras publicadas desde 69”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º1 (1984), p. 219.

¹⁵ Henrique Pinto REMA, “O Centro de Estudos...”, cit., p. 56.

¹⁶ Avelino Teixeira da MOTA, citado por Henrique Pinto REMA, “O Centro de Estudos...”, cit., p. 24.

¹⁷ James Wendy denominaria de «profundo paradoxo». esta conciliação do antropólogo ao serviço do colonialismo mantendo a independência científica (James WENDY, “The Anthropologist as a reluctant imperialist”, in Talal Asad (ed.), *Anthropology and the Colonial Encounter*, Londres, Ithaca, 1973, p. 45).

¹⁸ Nicholas THOMAS, *Colonialism's Culture. Anthropology, Travel and Government*, Cambridge, Polity Press, 1994, p. 6.

auxiliar, imprescindível a uma boa administração, o que é corroborado pelo facto da etnologia africanista surgir em Portugal, como disciplina académica, na antiga Escola Colonial¹⁹

A antropologia colonial na Guiné-Bissau e as representações das mulheres indígenas

A representação da mulher, nos textos publicados no BCGP, foi construída maioritariamente, por agentes da administração colonial, que era constituída exclusivamente por homens. Estas metodologia e ideologia essencialmente masculinas e colonizadoras, tiveram consequências importantes no conhecimento da realidade da vida das mulheres autóctones. Para contextualizar este conhecimento das mulheres guineenses retomamos a descrição das circunstâncias em que foi produzido o conhecimento etnológico na Guiné-Bissau. Enquanto a antropobiologia era dominante em Portugal, como instrumento de conhecimento dos povos colonizados, até quase à década de 60²⁰ do século XX²¹, na então Guiné Portuguesa as pesquisas de antropologia cultural e social tinham já começado no início do século, com a iniciativa governamental de realizar um «Inquérito Etnográfico» em 1918²², que tinha como objectivo proceder à preparação do Código de Justiça Indígena, e cuja execução foi atribuída aos administradores de circunscrição e comandantes militares²³. Pretendia-se, através deste inquérito, sistematizar uma vasta informação, que extravasava largamente a esfera jurídica, tendo por unidade de aplicação a «raça», como se designavam os grupos étnicos, estabelecendo-se que, por «cada raça», presente em cada circunscrição, fosse preenchido um inquérito²⁴. Este primeiro «Inquérito Etnográfico» foi,

¹⁹ J. POIRIER, “Histoire de la Pensée Ethnologique”, in Jean Poirier (dir.) *Ethnologie Générale*, Paris, Gallimard, 1968, p. 111.

²⁰ Rui PEREIRA, “Antropologia Aplicada...”, cit., pp. 191-192 e 217-218.

²¹ Os Anais da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar publicavam, anacronicamente, nos anos 50 do século XX, o resultado de uma Missão Antropológica à Guiné, realizada com o objectivo de, por meio de testes psicológicos, classificar hierarquicamente, quanto ao nível mental e capacidade de trabalho, os diversos povos (Alfredo ATHAYDE, “Contribuição para o Estudo Psicológico dos Indígenas do Ultramar Português” in *Anais da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar*, VIII (III). Lisboa, (1953), pp. 76-78).

²² Portaria n.º 95 de 12 de Abril, publicada no Boletim Oficial de 28 de Abril 1918.

²³ Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico Organizado pelo Governo da Colónia no Ano de 1946. Publicação Comemorativa do V Centenário da Descoberta da Guiné*, Bissau, CEGP, 1947, pp. 5-6.

²⁴ Teixeira da Mota, na década de 40 do século passado, não encontrou registos referentes a este inquérito nos arquivos oficiais: «Ignoramos o grau em que foi cumprida a portaria, no entanto foi-nos dito que tanto a este como a outros inquéritos seguintes, poucas respostas foram apresentadas(...), lamentando a perda de resultados que poderia revelar «(...) grau de evolução das populações nativas, incontestavelmente grande no período decorrido.» (Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, cit., p. 6).

significativamente, aprovado e posto em vigor, pelo Governador Interino Carlos Ferreira, pouco depois das dificuldades encontradas pelas autoridades portuguesas na colecta do imposto de palhota entre as populações autóctones, que deram lugar a revoltas armadas, combatidas pelas campanhas militares do capitão e Chefe do Estado Maior da Guiné João Teixeira da Rocha Pinto (1912-1915).²⁵ O «imposto de palhota», além de ser a principal receita da administração colonial, significava sobretudo um acto de submissão à dominação colonial, dizendo João Teixeira Pinto ser um desrespeito pela soberania e o governo da colónia, a resistência das populações ao seu pagamento²⁶. De facto, antes da implantação efectiva do regime colonial, nas primeiras décadas do século XX, muitos dos povos da Guiné responderam violentamente à imposição do regime colonial português. A última campanha militar portuguesa de grande envergadura realizou-se em 1915, e três anos depois, o governo colonial tomará a iniciativa de elaborar e ordenar executar um inquérito etnológico. Uma vez que o código indígena nunca chegou a ser executado, e o momento político em que foi lançado, derrotada a resistência armada e instaurando-se autoridades submissas ao poder colonial, permite interpretar o lançamento deste inquérito como a forma de prevenir novas revoltas, e dotar a administração colonial de dados para a governação das populações indígenas. O conhecimento etnológico colonial foi pois, num primeiro momento, produto do sentimento de insegurança face aos «nativos», e tomou a forma de um conhecimento panóptico e enciclopédico acerca das populações indígenas. As autoridades coloniais produziram mais inquéritos, um em 1927²⁷., com a finalidade de promulgar os códigos penal e civil dos indígenas, e o «melhor conhecimento das populações nativas por parte das autoridades administrativas a fim de promover o desenvolvimento daquelas»²⁸, e outro em 1934, com a mesma finalidade de codificar os usos e costumes dos indígenas²⁹. No entanto, o objectivo reiterado de elaborar um «código indígena» nunca será concretizado, o que permite especular sobre o interesse efectivo destes «inquéritos etnográficos», de iniciativa do governo da colónia e de execução pelos agentes coloniais, e pressupor que, procurando identificar populações particulares, estes inquéritos, contribuam para elaborar informações, sobretudo históricas, linguísticas e

²⁵ Estas campanhas denominadas de «pacificação» pelas autoridades portuguesas, ocorreram na sequência do ditame da Conferência de Berlim de «ocupação efectiva do território» e foram levadas a cabo pelo comandante Teixeira Pinto com o auxílio das milícias gentílicas comandadas por Abdoul Injai.

²⁶ Citado em Almeida BELO, *Meio Século de Lutas no Ultramar*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1937.

²⁷ Este «Questionário de Inquérito sobre as Raças da Guiné e os seus Caracteres Étnicos» foi promulgado pela Portaria de 12 de Abril publicada no *Suplemento do Boletim Oficial* de 26 de Abril de 1927.

²⁸ Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, cit., p. 7.

²⁹ Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, cit., p. 8.

culturais, criando mapas para a intervenção social, respondendo à necessidade da administração colonial de gerir a diversidade, de outra forma inteligível e incontrolável.

O último «Inquérito Etnográfico» foi lançado, mais uma vez, por iniciativa do governo da colónia em 1946, e tornar-se-á um paradigma para a futura pesquisa etnográfica na então Guiné Portuguesa. Por incumbência do Governador, Comandante Sarmiento Rodrigues, Avelino Teixeira da Mota organizará um «Inquérito Etnográfico»³⁰, extenso e abrangente³¹, tendo por unidade a inquirir a tribo, e por área de aplicação as unidades administrativas. Avelino Teixeira da Mota dirá que o desiderato de cobrir a colónia posto por posto, não foi totalmente conseguido, mas poucas regiões escaparam ao inquérito³². A execução do inquérito ficava a cargo, tal como nos anteriores questionários, dos agentes coloniais, administradores, secretários e chefes de posto. Pretendia-se coligir uma vasta informação que deveria «Não descurando a parte da organização familiar, económica e social que mais pode interessar a uma codificação dos usos e costumes, incluir no inquérito outros elementos que, embora possam ter menos interesse do ponto de vista administrativo, sejam de real importância no aspecto puramente etnográfico, sobretudo os que permitam estabelecer o grau de parentesco entre as diversas tribos»³³. Deste modo, se o inquérito visava coligir informações pertinentes para a governação das populações indígenas, incluía também objectivos puramente científicos, nomeadamente, «procurar recolher as lendas e tradições que digam respeito às origens e migrações das tribos, e bem assim investigar antigos usos desaparecidos e referir as modificações e costumes introduzidos pela acção civilizadora»³⁴. Os dados recolhidos tinham ainda a finalidade de servir «(...) para a organização da secção etnográfica³⁵ do Museu da Guiné-Portuguesa.»³⁶.

³⁰ Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, cit., p.5.

³¹ Avelino Teixeira da Mota utilizou para a elaboração deste inquérito grande parte dos inquéritos anteriores e a esquematização proposta na obra de Deniker «Les Races e les Peuples de la Terre». Após a sua elaboração apresentou-o à Escola Superior Colonial para apreciação e revisão (Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, cit., p. 13). O resultado será um inquérito exaustivo, organizado em duas partes, caracteres linguísticos e caracteres sociológicos, subdividindo-se este último, em capítulos (vida material, psíquica, familiar e social).

³² Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, cit., p. 11.

³³ Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, cit., p. 9.

³⁴ Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, cit., p. 11.

³⁵ Esta secção etnográfica permitiria conservar o registo da «essência» e da «autenticidade» de culturas e povos, que se pensavam estarem em processo de rápido desaparecimento, podendo pois ser considerada como uma acção civilizadora da colonização. No período após a independência a Museu será abandonado e as suas colecções extraviadas. Quando 14 anos depois se criará o Museu Nacional da Guiné-Bissau só meia dúzia de peças do anterior museu transitaram para o novo Museu, criado de raiz (*Museu Nacional da Guiné-Bissau. Guião*, Bissau 1988, p. 4).

³⁶ Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, cit., p. 12.



Ilustração 1 – Edifício onde funcionou o Museu Etnográfico da Guiné Portuguesa até 1974.

Foto: Manuela Borges, 1996

Concomitantemente, Avelino Teixeira da Mota ambicionava, com este inquérito, introduzir a etnologia na prática da administração colonial, o que o levou a incluir neste inquérito «(...) a terminologia etnográfica, de modo a que os funcionários administrativos se familiarizarem com ela e a utilizem»³⁷, procurando motivar o interesse dos funcionários administrativos pela investigação etnográfica, para o que se propunha também. divulgar as respostas, seleccionando a melhores, através da sua publicação, nomeadamente no BCGP³⁸. A sua intenção era de que «Neste aspecto o inquérito deveria ser o ponto de partida para ulteriores desenvolvimentos, quer orientados superiormente, quer de iniciativa própria.»³⁹.

Na falta de especialistas em etnologia, recorria-se aos funcionários coloniais e á elaboração de indicações sobre como executar a investigação etnológica, através de uma série de considerações metodológicas e ainda anotações sobre conceitos e terminologia etnológicos, de forma a fornecer «(...) pontos de apoio mais seguros para o desenvolvimento das respostas»⁴⁰, aos funcionários coloniais, a quem incumbia aplicar o inquérito, transformados, administrativamente, em etnólogos improvisados.

A leitura dos tópicos e indicações etnológicas, incluídos neste inquérito charneira das posteriores investigações etnológicas na então Guiné Portuguesa, evidencia a sua perspectiva e uso da terminologia da teoria antropológica evolucionista, que tinha preponderado no século XIX, particularmente no desígnio de procurar «sobrevivências» de formas de primitivismo mais remotas;

³⁷ Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, cit., pp. 10-11.

³⁸ Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, cit., pp. 11-12.

³⁹ Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, cit., p. 12.

⁴⁰ Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, cit., p. 20.

nas explanações acerca «(...)das formas mais conhecidas das religiões dos povos incultos, formas de casamento e organizações sociais primitivas»⁴¹, nas descrições pormenorizadas acerca das «modalidades de animismo», a identificar entre as práticas religiosas, onde inclui o «culto dos antepassados», o «feiticismo», a «idolatria», e por fim, o «culto dos fenómenos e das coisas naturais», que diz constituir uma «evolução do animismo mais primitivo»⁴². Por sua vez, o conceito de totemismo é introduzido nas indicações para as respostas sobre a organização social, caracterizando-o como uma forma de organização social horizontal, gerida pelos mais velhos membros dos clãs (totémicos), em que a tribo se subdivide, quando existe um «(...) regime de casamentos por grupos e derivados»⁴³, donde a necessidade de procurar «sobrevivências» deste tipo de culto e organização social, que resultariam da evolução do primitivo totemismo, e que «permitem concluir pela sua existência integral em tempos idos»⁴⁴.

Como era usual na época, este inventário etnológico foi concebido largamente numa perspectiva masculina, isto é, as questões sobre as mulheres são postas em termos das suas relações com os homens, a propósito do casamento ou vida familiar. Quando raramente são apresentadas como indivíduos, é em relação a costumes «primitivos» (como a tatuagem, escarificações, mutilações sexuais, e outras práticas exóticas).

Trinta e uma das respostas obtidas ao inquérito são sumarizadas por Avelino Teixeira da Mota em 1947⁴⁵. Nas informações recolhidas, em ordem decrescente, por chefes de posto, administradores, e um secretário, Teixeira da Mota encontra predominantemente informações sobre a história das origens e migrações das tribos, relações de similitude ou de guerras entre tribos, factos relativos à estrutura, religião e organização da sociedade, e dados acerca da sobrevivência ou existência remota de regimes matriarcais, casamentos por grupos ou totemismo. Na grande maioria das respostas, Teixeira da Mota não regista qualquer informação sobre as mulheres e, nas outras poucas respostas em que as mulheres são referidas, as informações são exíguas e erráticas, anotando costumes como a geofagia, os ofícios exclusivamente femininos (oleiras, parteiras, tintureiras), o vestuário reduzido, a sua dominação pelos homens, a existência de sacerdotisas e regentes entre os Bijagós, e de uma mulher dirigente de regulado entre os Manjacos, que é mencionada pelo administrador António Carreira, por ser, na sua interpretação, uma «sobrevivência» de um remoto regime de matriarcado⁴⁶. Deste modo, das 31 respostas referidas acima, só nas duas respostas sobre os Bijagós é dada especial atenção à mulher, aos seus costumes, funções e estatuto sociais, correspondendo

⁴¹ Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, cit., p. 20.

⁴² Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, cit., pp. 76-79.

⁴³ Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, cit., p. 98.

⁴⁴ Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, cit., p. 99.

⁴⁵ Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, cit., pp. 111-163.

⁴⁶ Citado por Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, cit., p. 123.

à opinião generalizada e predominantemente espalhada de que, entre os Bijagós, a matriarcado era o regime familiar, e as mulheres detinham mais poder que os homens. O chefe de posto Adolfo Ramos indica, a propósito dos Bijagós de Uno, a liderança religiosa das mulheres, a escolha dos parceiros masculinos pelas mulheres, a existência de duas fases na organização familiar (a mancebia e o casamento), e a facilidade da mulher abandonar o homem e casar-se com outro⁴⁷. Recolhe pois, selectivamente, os costumes que, nas relações de género, eram mais exóticos e contrários aos da sua própria sociedade. Não procura interpretar estes dados, limitando-se a apresentá-los como “curiosidades” desta etnia. Por seu lado, o administrador Augusto Santos Lima relata as funções das mulheres enquanto sacerdotisas e como regentes, no interregno entre a morte de um rei e a eleição do seu sucessor. No entanto, estes poderes religioso e político das mulheres são por ele desvalorizados, e interpretados como testemunho da própria subordinação das mulheres aos homens. As funções de regente, mas nunca de rainha, demonstravam, segundo este autor, a sua exclusão da realeza, e logo do poder político, além de que correspondiam aos interesses do Conselho dos Grandes que coadjuvava o líder político, pois que uma regência feminina era uma oportunidade de aumentar o seu próprio poder político. Por sua vez, as funções de líder religiosa eram de nomeação do rei e conferiam menor poder que o deste último, e a sua existência era uma forma dos homens se eximirem às dificuldades e sacrifícios pessoais que o sacerdócio impunha, determinando os homens que fossem as mulheres a encarregarem-se destas funções penosas. «Aí mesmo onde se poderia ver fraqueza, não há senão a força do homem que, por si próprio, se alheou de tão pesado encargo e determinou que essa missão fosse conferida a mulheres»⁴⁸. Além disso, contraria a ideia da existência, presente ou passada, do matriarcado, e nega a pretensa liberdade da mulher Bijagó.⁴⁹ Deste modo, o administrador Santos Lima revela-se incapaz de re-conhecer poder político ou religioso às mulheres, interpretando as suas funções religiosas e políticas como formas de subordinação destas aos homens. Em ambos os casos, os autores «vêm» as mulheres, por contraste ou analogia com o paradigma das relações de género das suas próprias sociedades e numa perspectiva masculina, quer porquanto eram homens quer os investigadores, como os seus informantes indígenas.

Do computo geral da leitura das respostas registadas por Teixeira da Mota, revela-se a procura de um «indígena autêntico», e da identidade essencial às diversas «tribos». Em consequência representam-se as sociedades indígenas numa perspectiva estática, sem dar conta das suas dinâmicas internas. Restringia-se a possibilidade de mudança, entre os povos autóctones, à acção civilizadora do colonialismo De acordo com esta perspectiva antropológica, os projectos

⁴⁷ Citado por Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, cit., pp. 111-115.

⁴⁸ Citado por Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, p. 132.

⁴⁹ Citado por Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, pp. 129-135.

intervencionistas de desenvolvimento colonial eram justificados pela representação do «outro», o colonizado, como «selvagem», «primitivo», «atrasado» e «exótico». De facto, o evolucionismo imbuíu a etnologia colonial portuguesa até bastante tarde. Se o evolucionismo pressupõe a similitude da espécie humana, implica igualmente uma diferenciação hierárquica, e o discurso colonial baseou-se no reconhecimento e depreciação destas diferenças, biológicas, sociais, culturais e históricas, consoante os tempos e as teorias, cuja função estratégica para a prática das autoridades coloniais, foi a de criar um objecto de intervenção, os povos «indígenas», e uma legitimidade de intervir, a civilização europeia. «The observer or observing colonizer commands a knowledge of groups such as institutional inmates, welfare recipients, and the colonized that is intimately linked with a classification and diagnosis of the inferiority or inadequacy of the latter, that establishes the need for management.»⁵⁰. O colonialismo encontrou na teoria evolucionista a legitimação da «missão civilizadora» do povo português. Esta ideologia era já antiga na política colonial portuguesa. No século XIX, em 1878, a Portaria 97 de 8 de Abril, referente ao ensino nas colónias, na sua Nota Justificativa propunha «(...) educar um indígena, ignorante, rude e asselvajado, despi-lo de todos os preconceitos e viciosos hábitos, (...), depurá-lo ao crisol de um regime civilizador e humanitário, para fazer dele um cidadão prestável (...), para o que propunha «... cortar toda a comunicação de ideias, hábitos e costumes radicados no espírito e no corpo dos indígenas, isolando do convívio comum os que se pretendem educar».

A administração colonial, cientificamente informada, permitiria, na perspectiva evolucionista, proceder a um processo progressivo e harmonioso, onde os grupos dominados, e desvalorizados, seriam submergidos pelo grupo dominante, que representava o padrão de referência para a assimilação cultural: «...a etnologia já não serve apenas para constatar factos consumados, antes se tornou um poderoso meio de auxiliar os agentes de administração na sua função de encaminhar aquele progresso e não deixar que ele se faça ao acaso.»⁵¹.

Na produção antropológica posterior, no que se refere especificamente ao conhecimento etnológico das mulheres, na maioria dos textos publicados no BCGP, as relações de género ou são omitidas (como aconteceu igualmente com outras diferenças internas e transversais às sociedades particulares) ou, a mulher aparece referida a propósito dos sistemas familiares e da reprodução (casamento, fertilidade, trabalho doméstico), identificando as mulheres como mães, esposas ou filhas, papéis centrados nos homens, cujas actividades políticas e económicas eram o objecto de estudo.

⁵⁰ Nicholas THOMAS, *Colonialism's Culture...*, cit., p. 41.

⁵¹ Avelino Teixeira da MOTA, «Classificação e Evolução da Casa e Povoamento Indígena» in Teixeira da Mota, Avelino & Neves, Mário (eds.), *A Habitação Indígena na Guiné Portuguesa*. Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1948, p. 136.

Em parte este facto resultou de um problema metodológico, porquanto as actividades dos homens foram definidas como os objectos sob investigação, quer pelos informantes masculinos indígenas, como pelos investigadores colonialistas masculinos. Deste modo as mulheres foram descritas sob as categorias de casamento e família.

Esta concentração na vida das mulheres africanas como mulheres, amantes e mães, resultou numa atenção desproporcional dada aos aspectos sexuais das suas vidas, em detrimento das suas actividades na vida social e económica, o que contribuiu para representar a mulher africana de uma forma derogatória⁵²: «A mulher é objecto de prazer e de trabalho, e portanto tratada como qualquer outra propriedade»⁵³; «A mulher representa um capital – pelo trabalho que produz e pelos filhos que dá»⁵⁴; «As mulheres casadas acompanham os maridos, fazendo a vida doméstica normal, e as solteiras procuram as concentrações urbanas (...), onde se dedicam à prostituição»⁵⁵. No entanto, simultaneamente, estas representações depreciativas, denotam uma certa «fascinação sexual», onde o «outro» africano, representava o inverso da moral sexual repressiva Ocidental. A construção da hipersexualidade dos homens e mulheres africanos é um mito persistente, nos textos etnológicos coloniais, onde surgem as referências ao «amor livre»⁵⁶, à «libertinagem sexual»⁵⁷, à «desvalorização da virgindade feminina»⁵⁸, e à prostituição⁵⁹. A presumida amoralidade das mulheres indígenas, e a existência de mulheres independentes de um homem, são consideradas como resultado do desregramento sexual inato, ou/e das instituições nativas, que o promovem (por exemplo o adultério feminino generalizado, é imputado à existência de casamentos impostos com homens muito mais velhos que, devido à idade, não poderiam satisfazer as «necessidades carnis»⁶⁰, das suas esposas, e as raparigas solteiras, que emigram para a cidade, fazem-no, no imaginário colonialista, expressamente, para se dedicarem à prostituição. Este imaginário não era inocente, mas antes

⁵² A invisibilidade da mulher na produção etnológica colonial relaciona-se com a forma como a informação, era selectivamente recolhida e interpretada, de acordo com o ponto de vista androcêntrico ocidental.

⁵³ Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, cit., p. 87.

⁵⁴ Fernando QUINTINO, “Os Povos da Guiné II”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.º 96, (1969), p. 897.

⁵⁵ António CARREIRA, “Guiné Portuguesa: Região dos Manjacos e dos Brames”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. XV, n.º 60 (1960), p. 781.

⁵⁶ Fernando QUINTINO, “O Totemismo na Guiné Portuguesa”, *Separata do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.º 74, (1964), p. 901.

⁵⁷ António CARREIRA, “Organização Social e Económica dos Povos da Guiné Portuguesa”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. XVI, n.º 64 (1961), p. 667.

⁵⁸ Fernando QUINTINO, “O Totemismo na...”, cit., p. 902.

⁵⁹ António CARREIRA, “Guiné Portuguesa...”, cit., p. 781.

⁶⁰ Fernando QUINTINO, “O Totemismo na Guiné...”, cit., p. 900.

conivente com a promiscuidade de alguns colonos brancos nas suas relações com as mulheres africanas.

As representações das mulheres africanas foram não só elaboradas a partir das perspectivas metodológicas e ideológicas androcéntricas, mas ainda por comparação com o paradigma da mulher civilizada ocidental, em que se considerava a mulher africana numa posição inferior, como é típico nas citações, em que são descritas como animais de trabalho e reprodução, sem capacidade civil⁶¹. Afirma-se sumariamente que a mulher «(...) a despeito de desempenhar importante papel no direito costumeiro – ser o instrumento de garantia do vínculo de consanguinidade – não adquire capacidade civil. Em solteira, fica sob a tutela do pai, ou do herdeiro (tio ou sobrinho); casada, sob a tutela do marido; viúva, sob a do herdeiro do marido»⁶², sempre tuteladas por um homem ou, quando independentes, são sumariamente consideradas promíscuas.

Deste modo as referências às mulheres, são erráticas e sumárias, surgindo a propósito, essencialmente, de «costumes» indígenas considerados selvagens e primitivos, como o infanticídio ritual, a excisão clitoridiana, o matriarcado, o levirato, o casamento por compra⁶³.

Pode-se ainda especular sobre a relação entre as percepções acerca do estatuto das mulheres e a classificação das sociedades. Segundo o esquema evolucionista, a degradação social e moral da mulher era, muitas vezes, relacionada com a própria degradação da sociedade⁶⁴, e frequentemente as percepções de género «...encode ideas of racial difference, and that is often these overlaid constructions that display the complexity and distinctiveness of particular modes of colonial representation»⁶⁵. No mesmo sentido, a ideia construída pelo colonialismo, da mulher indígena explorada sexual e economicamente, justificou a intervenção colonial: «Importa promover a educação da mulher de forma a elevá-la à dignidade da mulher cristã, integrando-a nos deveres e responsabilidades, assim como nos

⁶¹ A mais recente produção antropológica sobre as mulheres em África, tem vindo a demonstrar que nas relações de género africanas muitas vezes as mulheres tem autonomia financeira na gestão dos seus negócios ou produção, em relação ao marido, a instabilidade no casamento é relativamente elevada, e são participantes activas de associações de solidariedade, o que lhes permite uma relativa liberdade e estatuto político e social. Ver a este propósito Maria Manuela Borges DOMINGUES, *Estratégias femininas entre as bideiras de Bissau*, (tese dout. Antropologia Cultural e Social, Universidade Nova de Lisboa, 669 pp. (em linha) Disponível em URL:< <http://www.iict.pt/tdd/btdtdol/TDD0100111.pdf>> (Consult. 25 Setembro 2009).

⁶² Fernando QUINTINO, “Os Povos da Guiné II”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.º 96 (1969), p. 897.

⁶³ Realizaram-se também estudos de fenómenos demográficos como as taxas de natalidade, fecundidade e mortalidade.

⁶⁴ Nicholas THOMAS, “Anthropology...”, cit., p 102.

⁶⁵ Nicholas THOMAS, “Anthropology...”, cit., p. 67.

direitos reconhecidos à mulher nas sociedades evoluídas»⁶⁶. A este propósito, Evans-Prichard alerta para facto de que muitas das afirmações e avaliações sobre as sociedades e as mulheres em África foram realizadas em função dos homens ou em função de ideias preconcebidas sobre as relações de género das suas próprias sociedades. Nesta perspectiva, sublinha o mesmo autor, estas fontes consideravam a condição feminina geralmente inferior em relação com a sociedade vitoriana⁶⁷.

Outra circunstância que determinou o conhecimento etnológico das mulheres na Guiné-Bissau diz respeito à questão da medida em que os investigadores foram colaboradores com a administração colonial⁶⁸. Na Guiné-Bissau a convivência entre a antropologia (chamada etnologia) e a administração era total, pois que foram os administradores coloniais que produziram a maioria dos estudos ainda hoje utilizados sobre as populações guineenses. A relação íntima entre as práticas etnográfica e administrativa, concretizada na figura do «administrador-etnólogo», casava os interesses científicos e os políticos.

Esta acumulação da investigação antropológica e das tarefas de administração colonial resultou numa prática antropológica comprometida com o projecto colonialista e assim realizou-se no contexto do compromisso prático e relação desigual entre as partes. A este respeito Ann Stoler e Fred Cooper alertam que, por um lado, estas condições da produção da antropologia colonial, obscurecem as múltiplas interacções entre raça e etnicidade, género e classe, enquanto por outro lado são usadas para organizar essas relações⁶⁹.

Os administradores-etnólogos, produziram trabalhos imprescindíveis, como fontes etnográficas, mas que, quer quanto aos fins expressos, quer nos conceitos utilizados, e na interpretação antropológica, revelam a sua formação básica, como funcionários coloniais, e a influência da grelha de análise evolucionista enunciada no inquérito de 1946, além dos seus trabalhos terem que ser sancionados pelo governador da colónia, o que limitava a sua independência científica. Se tivermos em conta estas limitações, muitos dos trabalhos produzidos pelos etnólogos coloniais, fornecem dados muito úteis sobre as crenças, línguas, estruturas sociais e costumes que fora deles não se encontram. No entanto, tem de se levar em conta que a sua formação científica era limitada, e actuavam com o senso comum dos preconceitos e elementos da cultura portuguesa. Muitas vezes, especialmente tratando-se de aspectos da vida social dos nativos que colidiam com a cultura

⁶⁶ José Mendes MOREIRA, “Estrutura das Comunidades Rurais na Guiné Portuguesa. Sua Promoção e Integração no Complexo Social Português” in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, XVII n.º 67, (1962), p. 470.

⁶⁷ E. EVANS-PRICHARD, *La femme dans les Sociétés Primitives*, Paris, Presses Universitaires de France, (1ªed. 1965), 1971, p. 45.

⁶⁸ Peter Oscar Salemink PELS ‘Five theses on ethnography as colonial practice’, in *History and Anthropology* vol. 8 n.º 1-4, (1994), pp. 1–34.

⁶⁹ Frederick COOPER e Ann Laura STOLER (eds.), *Tensions of Empire. Colonial Cultures in a Bourgeois World*, Berkeley,: University of California Press, 1989.

dos administradores, nomeadamente crenças mágico-religiosas, poligamia, vida sexual, relações de género, as suas opiniões são tendenciosas.

Concordantemente, Evans-Prichard sublinhou os cuidados a ter na avaliação das representações das mulheres africanas, sobretudo aquela realizada a partir dos dados deixados pelos viajantes, administradores e missionários⁷⁰. Por sua vez, Santa Rita é particularmente crítico das condições científicas da prática antropológica dos administrativos⁷¹. Segundo este autor, os deveres profissionais dos administrativos não lhes deixava tempo para se dedicarem a estudos puramente científicos, os seus preconceitos profissionais influenciavam as suas apreciações, seriam naturalmente levados a concentrar a atenção nos aspectos da vida social com a qual os deveres do seu cargo os põem mais em contacto, e particularmente os que lhe originam preocupações, desprezando os problemas da vida indígena mais difíceis de observar. Além disso o administrador teria uma natural dificuldade em tratar os indígenas em pé de igualdade e sem cerimonia, de forma a que possa adoptar uma feição objectiva de observar a vida indígena»⁷².

Sem nenhuma ou com uma limitada formação académica em etnologia ou antropologia cultural e social, a «autoridade científica»⁷³, dos administradores-etnólogos, advinha das suas próprias funções. Teixeira da Mota afirma que os funcionários administrativos são implicitamente os que mais sabem sobre a realidade local afirmando, a propósito dos antecedentes da investigação sobre a habitação indígena, que «A ideia para vingar, precisava naturalmente da colaboração de muitas pessoas. Sucessivamente elas foram sendo reunidas, quase totalmente entre os funcionários do quadro administrativo, indiscutivelmente quem mais sabia do assunto»⁷⁴. Presumia-se pois que os funcionários coloniais tinham interesse, e conhecimento etnológicos, em consequência das facilidades que o exercício das funções administrativas facultavam ao conhecimento e à investigação antropológicas. Concordantemente, António Carreira legitima a sua autoridade antropológica acerca da vida indígena, explicitamente pelo desempenho das suas funções administrativas junto destes: «De 1945 a 1952 (...) administrei a região dos Manjacos e dos Brames (...). O contacto frequente com uma população tão laboriosa e dinâmica permitiu que conhecesse (...) os mais variados aspectos da vida dos Manjacos e Brames. Percorri o território em diversos sentidos, a pé, ao executar o arrolamento de palhotas, assisti de perto ao desenrolar das cerimónias do «fanado», dos «choros» (...) das mutilações pigmentares, dos

⁷⁰ E. E. EVANS-PRICHARD, *La femme dans les Sociétés...* cit.

⁷¹ SANTA RITA, “Notas Críticas de Introdução ao Estudo da Etnosociologia”, in *Estudos Sobre a Etnologia do Ultramar* n.º 84, 1961, p. 1.

⁷² SANTA RITA, “Notas...” cit., p. 146

⁷³ Ver, a propósito do problema da «autoridade etnográfica» James CLIFFORD e George MARCUS, (eds.), *Writing culture. The poetics and politics of ethnography*, Berkeley, University of California Press, 1986.

⁷⁴ Avelino Teixeira da MOTA, “Classificação e Evolução da Casa...” cit., p. 12.

casamentos (...) das consultas de «irã». Resolvi pleitos complicados, morosos, de propriedades, de «reinaças» de arrendamento de «canaques» (...) de palmeiras. Vi nascer e morrer muita criança de mama e enterrar adolescentes, adultos e velhos. Senti os problemas prementes da população e em grande medida auxiliei ou procurei a solução mais justa para os interessados. Pus termo a muita exacção de agentes subalternos da autoridade e julgo que fui sempre justo (...). Tudo isso me auxiliou a conhecer e compreender a terra e os seus habitantes»⁷⁵. Nesta concepção o trabalho prático da administração colonial substituíra ou equivalia à observação participante, que Malinovski introduziu como método específico da antropologia⁷⁶.

Além destas razões acima referidas, o facto deste conhecimento científico ser produzido essencialmente pelos administradores coloniais, todos eles homens, condicionou a sua perspectiva androcêntrica, na selecção da informação a recolher e na sua posterior interpretação. Neste sentido, a propósito da Nigéria Colonial, Callaway afirma que «Formed for the purpose of governing subject peoples, the Colonial Service was a male institution in all aspects: its ‘masculine ideology’, its military organization and processes, its rituals of power and hierarchy, its strong boundaries between the sexes»⁷⁷. Os agentes coloniais projectaram as suas perspectivas androcênticas das representações das relações de género da sua própria sociedade, na percepção das relações de género africanas, o que teve significantes repercussões na produção etnológica colonial, assim como na construção da nova ordem social, económica e política colonial.

Este facto relaciona-se com a prática de mesmo quando as mulheres, em algumas sociedades pré-coloniais, terem exercido importantes papéis políticos, religiosos e rituais, e as suas actividades económicas, nomeadamente no comércio, serem patentes, a administração colonial, assumir que a posição das mulheres era dependente e subordinada aos homens. Assim as autoridades administrativas coloniais dirigiam-se maioritariamente aos homens⁷⁸ e, em alguns casos, esta estratégia reduziu o poder económico e político das mulheres durante a época colonial.

Procurando caracterizar as relações de género especificamente africanas, abstraindo os particularismos, alguns autores invocam as características de participação pública das mulheres nas esferas económica e religiosa e, essencialmente, a autonomia da mulher na produção e gestão de rendimentos, associada à divisão do trabalho e aos direitos e deveres das mulheres enquanto

⁷⁵ António CARREIRA, “Guiné Portuguesa...”, cit., pp. 735-736.

⁷⁶ Bronislaw MALINOVSKI, “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”, *Ethnologia*, n.º 6-7 (1997), pp. 17-38.

⁷⁷ Helen CALLAWAY, *Gender, Culture and Empire European Women in Colonial Nigeria*, Oxford, McMillion Press, 1987.

⁷⁸ Helen CALLAWAY, *Gender, Culture...*, cit., pp. 51-52.

mães. Segundo Diop⁷⁹ é o estatuto estrutural acordado à «maternidade» em África, que é o principal factor de diferenciação entre as vivências históricas das mulheres africanas e europeias, na medida em que entre estas últimas implica a sua dependência dos homens enquanto em África é a condição mesma do seu poder e estatuto. Por sua vez, Amadiume⁸⁰ considera que o sistema de relações de género africanas se baseia numa limitação das ideologias de género, em que os valores matriarcais e patriarcais coexistem, justapondo-se, sendo a unidade básica de reprodução e produção a «unidade matricêntrica», enquanto que a nível da organização de parentesco o sistema patriarcal domina⁸¹. Esta coexistência, a diferentes níveis da organização social, de ideologias de género antagonistas, engendra um potencial para conflitos, mas proporciona igualmente um potencial endógeno para a obtenção de poder das mulheres nas suas próprias sociedades⁸².

Em síntese, a etnologia colonial, negligenciou a realidade e vivências femininas, assim como os seus papéis sociais e políticos nas suas comunidades, e ignorou as relações de género que diferiam das da sua própria sociedade, para privilegiar a descrição do exotismo e «primitivismo» da condição feminina indígena. Hoje é consensual entre os estudiosos da questão das mulheres africanas que, estas têm diversos níveis de independência económica, embora estejam submetidas à autoridade do pai ou marido. Esposas e maridos em África geralmente têm rendimentos separados, com claras obrigações financeiras para com os seus filhos, o seu esposo, e a linhagem deste. As mulheres casadas têm o direito de adquirir propriedades que são separadas das dos maridos, e muitas vezes desconhecidas dos cônjuges, e os negócios comerciais e rendimentos fora das obrigações maritais são considerados assuntos privados das mulheres. A recente produção científica sobre as mulheres em África sublinha estes aspectos e o impacto das associações de mulheres, assim como as suas actividades políticas e religiosas e rituais, na sua posição social nas sociedades pré-coloniais africanas.⁸³

⁷⁹ Cheikh Anta DIOP, *The Cultural Unity of Black Africa: The domains of Matriarchy and of Patriarchy in Classical Antiquity*. London, Karnack House, 1989.

⁸⁰ Ifi AMADIUME, *Male Daughters, Female Husbands. Gender and Sex in an African Society*, London and New Jersey, Zed Books, 1987.

⁸¹ Ifi AMADIUME, *Male Daughters...*, cit., pp. 21, 22, 83, 115.

⁸² Kamene OKONJO, “The Dual-Sex Political System in Operation: Igbo Women and Community Politics in Midwestern Nigeria”, in Hafkin & Bay (eds.), *Women in Africa: Studies in social and economic change*. Stanford, Stanford University Press, pp. 45-58, 1976; April GORDON, *Transforming Capitalism and Patriarchy. Gender and Development in Africa*, London, Lynne Rienner Publishers, 1996, pp. 85-86; Patricia STAMP, *Technology, Gender and Power in Africa*, Ottawa, International Development Research Center, 1989 (texto policopiado), p. 84.

⁸³ Ver a este propósito, Maria Manuela Borges DOMINGUES, *Estratégias femininas entre as badeiras de Bissau*, (tese dout. Antropologia Cultural e Social, Universidade Nova de Lisboa, 669 pp. (em linha) Disponível em URL:< <http://www.iict.pt/tdd/btdtdol/TDD0100111.pdf>> (Consult. 25 Setembro 2009).

Em síntese, a antropologia produzida pelos agentes coloniais não reconheceu as mulheres e as relações de género africanas. Esta conclusão é corroborada por Calloway quando afirma que ‘it was as though women had been invisible to the exclusively male colonial administrators’⁸⁴

Conclusão

Portugal foi o país europeu pioneiro no estabelecimento de relações comerciais com a actual região da Guiné-Bissau mas cedo foi ultrapassado pela concorrência de outras potências europeias incentivadas pela procura de escravos para a América e Antilhas. Só no último quartel do século XIX, em resposta à pressão que levaria à partilha do continente africano na Conferência de Berlim (1884-1851), Portugal iniciaria uma política de colonização efectiva. Data desta época a independência administrativa da Guiné-Bissau de Cabo-Verde. Uma estrutura administrativa desenvolvida apareceria muito mais tarde, em consequência de uma nova política colonial elaborada pelo Estado Novo (1927), que faria quintuplicar em 20 anos o número de funcionários na colónia⁸⁵.

Após assegurar o domínio do território, era necessário gerir eficazmente o principal recurso económico, as populações. Se, em 1936, com a derrota dos Bijagós de Canhanbaque, tem lugar a última revolta armada pré-colonial contra os Portugueses, marcando o início da efectiva dominação política portuguesa sobre a Guiné⁸⁶, logo uma década depois, tem lugar o último «Inquérito Etnográfico» e é publicado o primeiro número do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa inaugurando, «(...)um novo e fecundo período na investigação etnográfica», nas palavras de Avelino Teixeira da Mota⁸⁷. No primeiro número do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, o próprio Ministro das Colónias, Professor Marcelo Caetano, traça o enquadramento da pesquisa antropológica na Guiné, sublinhando o seu papel no âmbito da «colonização científica», que tinha, por finalidade, «(...)civilizar, melhorar o homem, valorizar o território.»⁸⁸,

⁸⁴ E. N. MBA, *Nigerian Women Mobilized*. Berkeley, University of California Press, 1982, p. 38.

⁸⁵ Rosemary GALLI e Jocelyn JONES, *Guinea-Bissau. Politics, Economics and Society*, London, Frances Pinter Publishers e Lynne Rienner Publishers, 1987, p. 34. Estes funcionários eram recrutados maioritariamente em Cabo-Verde o que levaria à constituição de uma elite crioula cabo-verdiana que teria um papel importante na sociedade da Guiné-Bissau, antes e depois da independência.

⁸⁶ Após a última grande campanha militar liderada por Teixeira Pinto em 1915, continuaram a haver bolsas de resistência, como as revoltas dos Bijagós em 1917-1918 e 1924 e 1936, ano em que a ilha de Canhanbaque foi finalmente «pacificada», para utilizar a terminologia do regime colonial português.

⁸⁷ Avelino Teixeira da MOTA, *Inquérito Etnográfico...*, cit., p. 16.

⁸⁸ Ver o *Boletim...*, cit..

institucionalizando a ciência antropológica na Guiné, e ligando as suas origens à política colonialista⁸⁹.

Esta relação íntima entre a etnologia e a administração colonial, viria a dar lugar à figura do administrador-etnólogo que, na segunda metade do século XX, produziria o grosso da documentação etnológica sobre a Guiné, segundo o paradigma da administração informada pela antropologia⁹⁰. Avelino Teixeira da Mota, um dos mentores da investigação científica na Guiné, e também um dos mais importantes autores de trabalhos sobre a Guiné-Bissau, concebia o trabalho do investigador social, como uma prática «humanista»⁹¹, reiterando a concepção de Malinowski, sobre o papel filantrópico do antropólogo, que orientava a administração colonial, em defesa das populações dominadas⁹².

A aplicabilidade e utilidade prática da antropologia, privilegiando as diferenças, instrumentalizava o próprio processo epistémico da antropologia, fraccionando a espécie humana, e descrevendo e identificando populações particulares, e problemas sociais específicos, criando pontos de referência para a intervenção administrativa, tornando exequíveis uma série de projectos intervencionistas. A Antropologia será politicamente usada enquanto «legitimação científica» e justificação filantrópica do empreendimento colonial europeu. O evolucionismo antropológico subjacente à produção antropológica colonial, pressupunha todas as sociedades humanas subsumidas a certas leis de desenvolvimento, que destinavam estas sociedades a atingir as condições da civilização ocidental⁹³. Entre esta teoria, e a política assimilacionista, elaborada pelo Estado Novo, existem muitas semelhanças. Ambas denigrem os usos e costumes indígenas, e pressupõem a sua progressiva eliminação e substituição pelas normas morais e sociais «civilizadas». A colonização era pois a extensão planetária da civilização, e a administração colonial, o instrumento da partilha dos benefícios da ciência e do progresso, com as populações «atrasadas».

Decorre do que foi dito que a antropologia colonial foi produzida num contexto assimétrico de relações de dominação entre os colonizadores e os colonizados, sendo pois as representações produzidas pelos primeiros de forma hegemónica e etnocêntrica.

⁸⁹ O *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* como o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, de que o primeiro dependia, contaram, entre os seus mentores e criadores, com o próprio Governador da Guiné, Comandante Sarmiento Rodrigues e do 2º Tenente Avelino Teixeira da Mota.

⁹⁰ Mesmo, se esta teve, de facto, pouco impacto nas políticas coloniais, permitiu ao poder colonial reivindicar uma superioridade epistémica.

⁹¹ Gilberto FREYRE, «Homenagem à Obra de Avelino Teixeira da Mota», in *Vice-Almirante A.A Teixeira da Mota, In Memoriam*. Lisboa, IICP/Academia de Marinha. vol. II, 1989, p. 188.

⁹² Bronislaw MALINOWSKI, *Les Dynamiques de l'Evolution Culturelle. Recherche sur les Relations Raciales en Afrique*, Paris (1.ª edição 1961) 1970, pp. 20-21.

⁹³ Hilary CALLAN, *Ethnology and Society Towards Anthropological View*, Oxford, Clarendon Press & Cambridge, Cambridge University Press, 1970, p. 19.

É neste contexto, das relações de poder assimétricas entre colonizados e colonizadores, que foi elaborada a representação da mulher autóctone, onde a mulher africana era duplamente desvalorizada, na base da raça e do género.

A maioria das mulheres é excluída à partida dos objectivos fundamentais da prática etnológica colonial, aparecendo aqui e além em situações que pontualmente

lhes conferem maior visibilidade. As tarefas consideradas adequadas às mulheres, isto é, conformes aos papéis da mulher ocidental, consistiam nas tarefas domésticas e da esfera privada. As restantes participações na vida política, religiosa e económica das mulheres, são consideradas «exóticas» na medida em que eram dissemelhantes do paradigma das relações de género ocidental. É de salientar que a problemática feminina era estranha à época, e particularmente aos administrativos coloniais, funções exclusivas de homens de cultura ocidental e, por conseguinte alheia às preocupações da etnologia colonial. De acordo com o exposto, o contributo das fontes bibliográficas em referência, no que concerne à participação das mulheres na vida económica, social, religiosa e política das mulheres das sociedades autóctones, em termos de aprofundamento, é diminuta.

A reflexão da antropologia, após a segunda guerra mundial, sobre o seu próprio percurso científico, elaborando a sua própria crítica epistemológica, produziu trabalhos sobre os efeitos da colaboração, prática entre antropologia e colonialismo. Progressivamente, tem vindo a sofisticar as suas análises, centrando-se na questão das assimetrias da representação, presunção de autoridade, e nos modos como as construções antropológicas das diferenças culturais, podem eliminar as diferenças sexuais e outras, e «fetichizar» certos tipos de autenticidade exótica⁹⁴.

A conotação da antropologia com o colonialismo, enquanto discurso construído pelos europeus e para o mundo Ocidental, poder e discurso sendo possuídos exclusivamente pelo colonizador, levou a que, após a independência da Guiné-Bissau, toda a estrutura científica criada durante o colonialismo, fosse abandonada e votada à extinção. Os acervos do Museu e Biblioteca extravariaram-se, perante o desinteresse do poder político, e o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa extinguiu-se naturalmente, na ausência dos membros, que se refugiaram noutros países. Quando em 1984, após uma década de independência, é criado o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), enquadrando a política de investigação científica do novo Estado independente, «...a investigação científica na Guiné-Bissau entrou numa fase inteiramente nova.»⁹⁵

⁹⁴ Nicholas THOMAS, *Colonialism's Culture...*, cit p. 19.

⁹⁵ INEP, *Catálogo de Publicações: 1985-1990 s/d*, p. 4.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADIUME, Ifi, *Male Daughters, Female Husbands. Gender and Sex in an African Society*. London and New Jersey, Zed Books, 1987.
- ATHAYDE, Alfredo, “Contribuição para o Estudo Psicológico dos Indígenas do Ultramar Português”, *Anais da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar*, VIII (III). Lisboa, 1953.
- BELO, Almeida, *Meio século de lutas no Ultramar*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa. 1937.
- Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. I, n.º 1-4, 1946.
- BROWMAN, Joye, “Guiné-Bissau: Ensaio Historiográfico sobre as obras publicadas desde 69”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 1, (1984), pp. 217-241.
- CAETANO, Marcelo, “Uma Crónica Nova da Conquista da Guiné”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. I n.º1-4, (1946), pp. 1-3.
- CALLAN, Hilary, *Ethnology and Society Towards Anthropological View*, Oxford, Clarendon Press & Cambridge, Cambridge University Press, 1970.
- CALLAWAY, Hellen, *Gender Culture and Empire. European Women in Colonial Nigeria*, London, The Macmillan Press, 1987.
- CARREIRA, António, “Organização Social e Económica dos Povos da Guiné Portuguesa”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. XVI, n.º 64 (1961), pp. 641-736.
- CARREIRA, António, “Guiné Portuguesa: Região dos Manjacos e dos Brame”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. XV, n.º 60 (1960), pp. 735-784.
- CARREIRA, António, “Problemas do Trabalho Indígena na Colónia da Guiné”, *Boletim Geral das Colónias*, vol. 24, n.º 282 (1948).
- CARREIRA, António, “Vida Social dos Manjacos”, in *Memórias do Centro de Estudos da Guiné-Portuguesa*, n.º 1, Bissau. 1947.
- CLIFFORD, James e MARCUS, George (eds.), *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley, University of California Press, 1986.

- COOPER, Frederick e STOLER, Ann Laura (eds.). *Tensions of Empire. Colonial Cultures in a Bourgeois World*. Berkeley, : University of California Press, 1989.
- DIAS, Jill, «Prefácio» in Rosa MELO *Homem é Homem, Mulher é sapo. Género e Identidade entre os Handa de Angola*, Lisboa, Ed. Colibri, 2007 pp. 11-15.
- DIOP, Cheikh Anta, *The Cultural Unity of Black Africa: The domains of Matriarchy and of Patriarchy in Classical Antiquity*. London, Karnack House, 1989.
- DOMINGUES, Maria Manuela Borges, *Estratégias femininas entre as badeiras de Bissau*, (tese dout. Antropologia Cultural e Social, Universidade Nova de Lisboa), 669p., Texto Policopiado, (em linha) Disponível em <URL: <http://purl.pt/5467/1/>; <http://www.iict.pt/tdd/bdtddol/TDD0100111.pdf>; <http://purl.pt/5467/>>.
- EVANS-PRICHARD, E. E. *La femme dans les Sociétés Primitives*, Paris, Presses Universitaires de France, (1ª ed. 1965), 1971.
- FREYRE, Gilberto, “Homenagem à Obra de Avelino Teixeira da Mota” in *Vice-Almirante A.A Teixeira Da Mota, In Memorium*. Lisboa, IICP/Academia de Marinha, vol II: (1989) pp.183-192.
- GALLI, Rosemary e JONES, Jocelyn, *Guinea-Bissau. Politics, Economics and Society*. London, Frances Pinter Publishers e Lynne Rienner Publishers, 1987.
- GALLO, Donato, *Antropologia e Colonialismo. O Saber Português*, Lisboa, ER. 1988.
- GORDON, April, *Transforming Capitalism and Patriarchy. Gender and Development in Africa*. London, Lynne Rienner Publishers. 1996.
- INEP *Catálogo de Publicações*: 1985-1990 n: 4. s/d .
- MALINOVSKI, Bronislaw, “Os Argonautas do Pacífico Ocidental” in *Ethnologia*, n.º 6-7 (1997) pp. 17-38.
- MALINOVSKI, Bronislaw, *Les Dynamiques de l'Evolution Culturelle. Recherche sur les Relations Raciales en Afrique*. Paris (1ª edição 1961), 1970.
- MBA, E. N. *Nigerian Women Mobilized*, Berkeley, University of Califórnia Press. 1982.
- MOREIRA, José Mendes “Da Ergologia dos Fulas da Guiné Portuguesa” in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* XXVI n.º 102 (1971) pp. 257-320.

- MOREIRA, José Mendes, “Estrutura das Comunidades Rurais na Guiné Portuguesa. Sua Promoção e Integração no Complexo Social Português” in *Boletim Cultural Da Guiné Portuguesa* XVII n.º67 (1962) pp.: 460-472.
- MUSEU NACIONAL DA GUINÉ-BISSAU, *Museu Nacional Da Guiné-Bissau. Guião*, Bissau 1988.
- OKONJO, Kamene, “The Dual-Sex Political System in Operation: Igbo Women and Community Politics in Midwestern Nigeria”. in: Hafkin & Bay (eds.). *Women in Africa: Studies in social and economic change*. Stanford, Stanford University Press, p.45-58, 1976.
- PELS, Peter Oscar Saleminck ‘Five theses on ethnography as colonial practice’, *History and Anthropology* vol 8 n.º1-4 (1994) pp.: 1–34.
- PEREIRA, Rui 1987 «Desenvolvimento da Ciência e da Antropologia na Empresa Colonial do Estado Novo» In António Costa Pinto et al. (ed.) *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*. Vol. II. Lisboa, editora Fragmentos: 89-100.
- PEREIRA, Rui, “Antropologia Aplicada na Política Colonial Portuguesa do Estado Novo” in *Revista Internacional de Estudos Africanos* n.º 4/5 (1986), pp. 191-235.
- PEREIRA, Rui, “Introdução à reedição de 1998” in Jorge DIAS. *Os Macondes de Moçambique*. Vol1, Lisboa, CNCDP e IICT, 1998.
- POIRIER, J., “Histoire de La Pensée Ethnologique” In Jean Poirier (dir.) *Ethnologie Générale*, Paris, Gallimard , 1968, pp: 3-179.
- QUINTINO, Fernando “Os Povos da Guiné II” in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* n.º96 (1969) pp 861-915.
- QUINTINO, Fernando. “O Totemismo na Guiné Portuguesa”, *Separata do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.º 74, (1964).
- REMA, Henrique Pinto A., Teixeira da Mota e o Centro de Estudos da Guiné” in *Vice-Almirante A. Teixeira da Mota. In Memoriam*, vol II, Lisboa, IICT e Academia da Marinha 1989 pp. 315-318.
- REMA, Henrique Pinto, “O Centro de Estudos da Guiné Portuguesa Lembra 25 Anos de Existência” in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* vol. XXVI n.º101,(1971) pp. 21-61.

SANTA RITA, “Notas Críticas de Introdução ao Estudo da Etnossociologia” in *Estudos Sobre A Etnologia do Ultramar* n.º84 (1961) pp.135-174.

STAMP, Patricia, *Technology, Gender and Power in Africa*. Ottawa, International Development Research Center, 1989. (texto policopiado).

TEIXEIRA DA MOTA, Avelino, *Guiné Portuguesa*. (2 Vol). Lisboa. Agencia Geral do Ultramar, 1954.

TEIXEIRA DA MOTA, Avelino, “Classificação e Evolução da Casa e Povoamento Indígena” in Teixeira da Mota, Avelino & Neves, Mário (eds.) *A Habitação Indígena na Guiné Portuguesa*. Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa:1948, pp. 11-136.

TEIXEIRA DA MOTA, Avelino, *Inquérito Etnográfico Organizado pelo Governo da Colónia no Ano de 1946. Publicação Comemorativa do V Centenário da Descoberta da Guiné*. Bissau CEGP..1947.

THOMAS, Nicholas, *Colonialism's Culture. Anthropology, Travel and Government* Cambridge. Polity Press, 1994.

WENDY, James, “The anthropologist as a reluctant imperialist” in Talal Asad (ed.) *Anthropology and the Colonial Encounter*, Londres, Ithaca Press, 1973.